



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS UNIVERSIDADES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO FISCAL: Diagnóstico no Hospital Universitário da UFSC

Prof. Alexandre Moraes Ramos

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina
alexandre.m.r@ufsc.br

Carolina Becker Soeth

Universidade Federal de Santa Catarina
carolina.soeth@ufsc.br

Jakeline Becker Carbonera

Universidade Federal de Santa Catarina
jakeline.carbonera@ufsc.br

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar um diagnóstico em setores do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina – HU-UFSC – acerca de seu conhecimento sobre a responsabilidade social da universidade, o controle social, educação fiscal e observatórios sociais. Os objetivos específicos consistiram no levantamento bibliográfico referente aos assuntos supracitados que serviram de embasamento teórico. Foi uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva, de natureza aplicada e método de raciocínio dedutivo. Foram aplicados 51 questionários compostos por perguntas subjetivas, entre servidores, alunos e membros da comunidade e recebidos 36 questionários respondidos. Dentre os resultados obtidos averiguou-se que os respondentes têm um pensamento formado acerca das questões genéricas sobre o que consiste responsabilidade social e responsabilidade social da universidade. No detalhamento composto pelo conhecimento da educação fiscal e observatórios sociais, a maioria não conseguiu apresentar pensamento formado. De posse deste diagnóstico conclui-se com a necessidade de implementação de uma política de orientação fiscal de forma a proporcionar o cumprimento do papel da universidade para com a sociedade.

Palavras chave: Responsabilidade Social, Educação Fiscal e Observatórios Sociais

ABSTRACT

The general objective of this research was to perform a diagnosis in the University Hospital of the Federal University of Santa Catarina - HU-UFSC - about knowledge university's social responsibility, social control, fiscal education and social observatories. The specific objectives consisted in the bibliographical survey referring to the aforementioned subjects that served as theoretical foundation. It was a qualitative, bibliographical and descriptive research, of applied nature and method of deductive reasoning. 51 questionnaires composed of subjective questions were applied among public servers, university students and community members and 36 questionnaires answered. Among the results obtained it was verified that the respondents have a thought formed about the generic questions about what is social

responsibility and social responsibility of the university. In the detailing composed of knowledge of tax education and social observatories, most failed to present thought formed. This diagnosis concludes with the need to implement a fiscal orientation policy in order to fulfill the role of the university towards society.

Keywords: *Social Responsibility, Fiscal Education and Social Observatories*

1. INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior brasileiras, a exemplo de outras organizações, têm enfrentado fortes desafios no contexto global. As constantes variações no macro-ambiente e no ambiente funcional, forte competitividade, fraca capacidade de resposta às demandas externas, busca por maior qualidade, recursos cada vez mais escassos, ineficiência, carência de liderança, nova tecnologia educacional, além da forte cobrança e fiscalização e necessidade de prestar contas de avaliação acadêmica e institucional (MEYER JR; MANGOLIM, 2006).

No caso das universidades públicas, os desafios se agravam e vem evoluindo num processo de reconstrução da identidade em que, segundo Chauí (2003), as universidades públicas encontram-se divididas entre atender às demandas do mercado agindo como organizações sociais (modelo voltado ao Capital onde a instituição de ensino pública é tratada e gerida de forma equiparada a uma empresa privada, com estratégias para atingir objetivos; administração técnica regida por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito) ou reestabelecer-se enquanto Instituições Sociais (que aspiram à universalidade, tem a sociedade como seu princípio e referência normativa e valorativa).

A partir da Revolução Francesa, recordam Chauí e Bernheim (2013), a universidade pública passa a ser vista como instituição secular (autônoma com respeito à religião) e republicana (autônoma com respeito à vontade do governante). Depois das revoluções sociais do século XX e das lutas políticas e sociais por elas provocadas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como parte integrante da cidadania e, por consequência, como direitos dos cidadãos, fazendo com que além da sua vocação republicana, a universidade tenha se tornado uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber.

Imersos no momento atual vivenciado pela história, surgem organizações governamentais ou não, no sentido de despertar os interesses da sociedade para o desenvolvimento dos entes públicos e privados interessados em construir uma realidade consciente dos valores fundamentais de desenvolvimento humano para as futuras gerações. Neste contexto, uma das realidades emergentes que auxiliam voluntariamente neste processo são os observatórios.

Os governos locais e nacionais, organizações não-governamentais, universidades e organizações como a União Europeia, no sentido de intensificar o processo de desenvolvimento do relacionamento com a sociedade, vêm implantando diversos tipos de observatórios. Seu objetivo é basicamente comum entre todos: monitorar de forma sistemática o funcionamento ou desempenho de um setor ou tema específico (MORAES, 2010). Observatórios costumam coletar, registrar, acompanhar e interpretar dados, produzir indicadores estatísticos, criar metodologias para codificar, classificar e categorizar informações, estabelecendo conexões entre pessoas que trabalham em áreas similares, bem como monitorar e analisar tendências (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006).

Nesta pesquisa, o foco de estudos é baseado no Observatório Social do Brasil - OSB - que é formado por uma rede de observatórios sociais que trabalha no sentido de levar à comunidade a importância social e econômica dos tributos e, principalmente, "viabilizar a correta aplicação dos recursos públicos, através de um controle social, pois para qualquer resultado positivo em políticas públicas que visem à melhoria de condições de vida dos brasileiros (educação, saúde, segurança, etc.), dois fatores são essenciais: recursos (que vem dos tributos) e a correta aplicação destes recursos" (OSM, 2010b, p.1).

De acordo com a *Economic and Social Commission for Western Asia - United Nations - ESCWA-UN* (2010), referindo-se ao papel dos observatórios sociais para o alcance dos Objetivos do Milênio (ODM): Observatórios sociais e conselhos econômicos e sociais podem ser modelos de estruturas institucionais efetivas na promoção de políticas sociais integradas. Ao proverem pesquisas e análises baseadas em evidências e bem informadas em termos sociais, e assegurando espaço institucionalizado para diálogo entre diferentes atores e *policymakers*, tais mecanismos institucionais podem informar políticas e programas dedicados à promoção de um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável (ESCWA-UN, 2010, p. 2).

O OSB é constituído juridicamente numa organização não governamental que trabalha no sentido de avaliar as práticas de gestão de recursos públicos das instituições de todas as esferas auxiliando o gestor quando da verificação de adversidades e atuando no sentido de informar, fiscalizar e acompanhar a gestão frente às regularizações necessárias.

De acordo com o OSB, dentre os principais objetivos dos observatórios da rede estão: Atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados. [...]possibilitando o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme assegurado pelo Art. 1º da Constituição Federal de 1988: "todo poder emana do povo". (OSB, 2010a).

Chauí (2003) aponta a necessidade de que as Universidades se posicionem como Instituições Sociais tomando a educação como um investimento e um direito ao cidadão e que este direito deve ser Universal ampliando suas capacidades de absorver membros de classes populares.

No decorrer deste estudo, o objetivo principal consiste em obter um diagnóstico da comunidade usuária dos serviços administrativos do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de Santiago – HU-UFSC – através de uma amostra definida por 04 (quatro) coordenações, dentre as 09 (nove) existentes no momento, mais a direção administrativa, pesquisando o que se entende sobre responsabilidade social, educação fiscal e observatórios sociais. Para embasar e delinear a pesquisa, os objetivos específicos compõem-se do estudo prévio sobre a responsabilidade e controle social das universidades, educação fiscal e observatórios sociais que formam a base teórica deste estudo.

Este objetivo corrobora com a concepção de que a universidade deve formar não somente profissionais técnicos, mas cidadãos capazes de interagir com a sociedade por meio de pensamento crítico que incentive seu processo de constante desenvolvimento, conforme exposto em sua missão UFSC (2017): “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida”.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS UNIVERSIDADES

A responsabilidade é uma “[...] palavra que sempre parece ressoar em função de uma esperança, de uma vontade, de uma soberania, daquilo que esperamos do futuro” (PETERSON, 1999, p. 159). Nesta concepção, a responsabilidade vem associada às expectativas de algo que precisa evoluir e proporcionar uma situação melhor num futuro próximo. No caso das instituições públicas, a responsabilidade deve ser construída em

conjunto com sua função social. De acordo com Daft (2006), a responsabilidade social consiste em diferenciar o certo do errado e fazer o certo. Ela significa ser um bom cidadão corporativo.

A acepção formal de Responsabilidade Social é a obrigação da administração de fazer escolhas e tomar medidas que contribuam para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização. A Responsabilidade Social apresenta-se como uma exigência básica à atitude e ao comportamento ético, por meio de práticas que demonstrem que a empresa possui uma alma, cuja preservação implica solidariedade e compromisso social (ASHLEY 2003).

Na consolidação da relação da universidade com a sociedade enquanto modalidade, ela deve responder à sociedade que a invoca.

De acordo com Barros e Freire (2011, p.894),

A universidade deve responder ao outro, aqui representado pela sociedade em seu entorno, a partir de uma reflexão sobre o seu significado social, da busca de atendimento às demandas da comunidade, da produção de conhecimentos e da formação de profissionais responsáveis.

A universidade existe para atender aos anseios da sociedade. Sua função não consiste apenas em produzir uma "educação formatada" de acordo com cada área de conhecimento, mas em transformar humanos em profissionais-cidadãos que possam prover a sociedade tecnicamente e, concomitantemente, promover uma relação de desenvolvimento mútuo. Vallaey (2006) diz que a reflexão da instituição acadêmica sobre si mesma deve ser feita no contexto de seu entorno social, por meio da análise de sua responsabilidade e participação de culpa nos problemas emergentes no contexto social.

Segundo François Vallaey (2006, p. 39),

[...] a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

Na opinião de Goergen (2006), é função da universidade o exercício da crítica, da oposição e da resistência. Seu compromisso social não deve ser concebido apenas em relação ao aspecto operacional sistêmico, mas também, à conjuntura social de forma ampliada que envolva a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária e a realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

A administração pública, ao investir na consolidação da responsabilidade social de suas instituições de ensino, tem a chance de proporcionar a formação de indivíduos capazes de interagir, entender a sociedade em que estão inseridos e direcioná-la num sentido evolutivo. Somente o homem conscientizado tem uma compreensão diferente do seu papel, não se acomoda se mobiliza para mudar o mundo (FREIRE, 2011).

Em relação ao comprometimento, Freire (2011) também fala que o compromisso profissional do homem é uma dívida dele para com a sociedade, assumida à medida que se faz profissional. Faz parte do compromisso profissional dos membros inseridos na comunidade acadêmica, fornecer à sociedade oportunidades necessárias para seu processo educacional.

2.1 CONTROLE SOCIAL E EDUCAÇÃO FISCAL NAS UNIVERSIDADES

Na história sociopolítica ocidental, as constituições evoluíram ao reconhecer seus

direitos sociais, ao lado dos direitos individuais civis e políticos, e ao promover a abertura do Estado à efetiva participação do povo em sua gestão e controle. Nossa democracia é participativa e o povo brasileiro decidiu participar da gestão e do controle do Estado brasileiro (CGU, 2012).

Ao analisar do ponto de vista jurídico, o direito ao exercício de poder por parte dos cidadãos, assegurado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2015, Art. 1º, § 1º), permite ao cidadão junto aos Órgãos Públicos: peticionar junto aos Poderes Públicos para a defesa de seus direitos (BRASIL, 2015, Art. 5º - XXXIV), obter certidões em repartições públicas (BRASIL, 2015, Art. 5º - XXXV), fiscalizar as contas municipais (BRASIL, 2015, Art. 31º, § 3º), denunciar irregularidades ou ilegalidades (BRASIL, 2015, Art. 74º, § 2º), exercer o controle social através das políticas de saúde (BRASIL, 2015, Art. 198º - III), de assistência social (BRASIL, 2015, Art. 204º - II), e educação (BRASIL, 2015, Art. 206º - VI), cooperar por meio de associações no planejamento municipal (BRASIL, 2015, Art. 29º - XII), receber informações das autoridades (BRASIL, 2015, Art. 5º - XXXIII), promover ações judiciais e representações (BRASIL, 2015, Art. 5º - LXXIII)".

Neste sentido, percebe-se uma clara intenção do governo em incentivar ações que promovam controle e responsabilidade social. Os Observatórios Sociais, conforme citações anteriores, são organizações não-governamentais, dispostas em formato de rede por todo o Brasil, formadas por integrantes da sociedade civil, engajados em práticas de fiscalização dos gastos públicos e promoção de educação fiscal (OSB, 2017).

As universidades, em contrapartida, tem o compromisso de dispor aos cidadãos uma educação que os levem a entender mais a fundo o funcionamento da máquina pública. A responsabilidade social das universidades consiste em oportunizar o conhecimento aos cidadãos de que o serviço público prestado é custeado por recursos deles mesmos e que é também responsabilidade da comunidade, fiscalizar a forma como ele é prestado e se corresponde aos anseios da sociedade que o recebe.

"Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções" (FREIRE, 2011, p.16). Para tanto, é necessário um processo de educação e orientação, "controle social Implica, ainda, em mudança cultural, de mentalidade, de consciência por parte da sociedade sobre o fato de o Estado não ser o "dono" dos recursos públicos" (BAPTISTUCCI, 2016, p.7).

"[...] Controle social, por sua vez, começa a ser experimentado nas pequenas ações cotidianas – família, escola, bairro. Não nascemos pós-graduados em controle social, precisamos aprender para expandir seu escopo e aproveitar os espaços existentes para a participação do cidadão" (BAPTISTUCCI, 2016, p.8).

Baptistucci (2016) fala, em seu artigo sobre os 17 anos do Programa Nacional de Educação Fiscal, que uma das formas de transformar o discurso em prática no que diz respeito ao controle social e boas práticas de cidadania, é fomentar, participar e incentivar Iniciativas de caráter educativo e fiscalizador como os Observatórios Sociais, criados pela sociedade civil para acompanhar a aplicação de recursos públicos, buscar a transparência das contas públicas e desenvolver ações de Cidadania Fiscal. Hoje são 120 observatórios localizados em 20 estados. Por prescindirem de verbas públicas e caráter de voluntariado na maioria dos representantes, possuem independência político-partidária e demonstram um enorme potencial para o desenvolvimento da democracia participativa.

No entanto, é preciso saber até que ponto a comunidade universitária entende o que é responsabilidade e controle social e como promovê-lo no sistema imperante na atualidade. Bauman (2010) diz que, neste mundo, a capacidade de durar não joga mais a favor das coisas. As pessoas vivem numa realidade em que a maior exigência dos objetos é a de que eles

sirvam por algum tempo e depois de utilizados possam ser destruídos ou descartados. "O consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável". Assim, por que o "pacote de conhecimentos" adquirido na universidade deveria escapar dessa regra universal?" (BAUMAN, 2010, p.42).

O paradoxo existente, neste caso, consiste na proposta de fazer emergir na comunidade acadêmica, imersa nessa realidade líquida e descartável necessidade de aprofundamento acerca do controle e responsabilidade social. Instigar a curiosidade nos usuários dos serviços educacionais, possibilitando sua formação e orientação sobre como vem sendo utilizados os recursos públicos e como cada cidadão pode contribuir na utilização eficaz dos mesmos.

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico agressivo e toda a disseminação de informação existente apresenta-se como um aliado neste fenômeno, agilizando e tornando acessível, na rede, as informações fiscais necessárias a serem utilizadas como objeto de estudo possibilitando a formação fiscal à distância e o alcance de um número infinitamente maior de usuários a serem orientados.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica, descritiva, de natureza aplicada de método de raciocínio dedutivo. Marconi e Lakatos (2007, p. 15) afirmam que a pesquisa "é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais".

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de obter um diagnóstico da comunidade usuária dos serviços administrativos do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de Santiago – HU-UFSC. Foi utilizada a técnica de aplicação de questionário semiestruturado, numa amostra definida por 04 (quatro) coordenações, dentre as 09 (nove) existentes no momento, mais a Direção Administrativa. O instrumento foi formulado por 04 (quatro) perguntas subjetivas solicitando aos respondentes a descrição de seu entendimento sobre os assuntos em pauta. Os setores de aplicação dos questionários foram as coordenações de Importante salientar que os setores foram escolhidos aleatoriamente por haver proximidade e inter-relação, considerando que se trata de uma pesquisa diagnóstica e que todos os usuários possuem iguais condições de serem abordados na pesquisa.

Foram distribuídos 51 questionários a integrantes das modalidades servidor, aluno e comunidade e obtidos 36 respondidos, que possibilitou avaliar o que se sabe no HU-UFSC sobre responsabilidade e controle social, educação fiscal e observatórios sociais. A devolução dos questionários fornece uma ideia do conhecimento de 26 (vinte e seis) servidores, 09 (nove) alunos e 01 (um) integrante da comunidade, sobre os temas supracitados.

O estudo corrobora com o objetivo principal desta pesquisa que consiste em realizar um diagnóstico numa amostra pré-definida no HU-UFSC, de forma a avaliar o entendimento da comunidade acadêmica sobre os assuntos supracitados. A partir dos resultados, será possível estabelecer metas e buscar caminhos e parceria com os Observatórios Sociais viabilizando formação fiscal e aprimoramento da consciência cidadã no ambiente universitário e seu entorno social.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Como o instrumento de investigação foi um questionário com respostas subjetivas, A análise dos resultados acontece com a verificação quantitativa e qualitativa, dentre os 36 (trinta e seis) questionários, das respostas "sim", "não" e "sim com explicação de conteúdo".

Esta análise permitiu perceber que, na pergunta 01, em que se questiona o conhecimento sobre responsabilidade social, 100% dos respondentes têm conhecimento sobre o tema. E, deste total, apenas 19,4% não aprofundaram sua resposta explicando o significado. Ou seja, em relação à primeira pergunta, mesmo que alguns tenham um pouco mais de conhecimento que os outros, todos estão inteirados do assunto e 80,5% do total respondente consegue falar sobre o tema abordado.

Na pergunta 02, "o que você entende por responsabilidade social das universidades?", como ela se relaciona com a primeira, apenas 2,77% não soube responder. O restante, 97,23%, conseguiu explicar sua concepção sobre o tema.

A pergunta 03 que trata sobre o conhecimento acerca da educação fiscal, as respostas apresentam variabilidade entre o não e o sim com explicação de conteúdo. Neste caso, 27,77% dentre servidores e alunos, não souberam relatar nada sobre o assunto. Os demais - 72,33% - explanaram seus entendimentos.

A pergunta 04, que trata sobre conhecimento sobre os observatórios sociais, também demonstrou sua variabilidade entre as respostas "não" e "sim com explicação de conteúdo". Porém neste caso, 58,33% dos participantes da pesquisa, disseram não conhecer os observatórios sociais restando 41,66% que desenvolveram explanação sobre o tema.

Após, procedeu-se à averiguação das respostas obtidas, com um olhar mais aprofundado nos conteúdos apresentados pelos respondentes. Iniciando a análise das respostas a primeira pergunta, percebeu-se que em uma minoria há um entendimento que responsabilidade social relaciona-se apenas com a questão socioambiental e, em outros casos, ressaltou-se a responsabilidade social corporativa, voltada às empresas, mas a grande maioria dos servidores e alunos participantes concebe responsabilidade social na mesma linha de entendimento da teoria abordada onde foi possível verificar dentre o conjunto de respostas recebidas uma evolução de pensamento:

"Comprometimento do cidadão e das instituições públicas ou privadas para com o coletivo, objetivando o bem-estar da sociedade e do meio-ambiente."
(RESPONDENTE SERVIDOR).

"Acredito que a responsabilidade social seja uma forma de preocupação com o todo, como comunidade, ambientalmente, socialmente." (RESPONDENTE ALUNO).

"Na minha opinião responsabilidade social é o papel que cada pessoa tem perante a sociedade. São os deveres que cada um tem na sociedade, vai desde respeitar o próximo, ser ético, disseminar seus conhecimentos até praticar boas ações para o bem comum"(RESPONDENTE ALUNO).

"Responsabilidade social entendo ser um compromisso com as normas e padrões estabelecidos socialmente que resguardam princípios de cidadania e ética com o bem público"(RESPONDENTE SERVIDOR).

"No meu entendimento, responsabilidade social se refere a atos que instituições, sejam elas empresas, autarquias, fundações, ong's, etc., têm no sentido de promover o bem estar de seus funcionários, colaboradores, usuários e/ou população em geral. [...]"(RESPONDENTE SERVIDOR).

O mais importante nesta análise é verificar que há conhecimento da totalidade dos respondentes sobre o assunto e que tanto os servidores quanto os alunos concebem responsabilidade social correlato às teorias apresentadas na fundamentação teórica deste estudo, mesmo que de maneira genérica e com alguns direcionamentos como no caso da questão ambiental e da responsabilidade corporativa. No caso destes entendimentos, seria

importante uma formação continuada e orientação sobre a essência da responsabilidade social em um sentido ampliado, proporcionando uma evolução do pensamento de forma a aprimorar as concepções já obtidas.

Na pergunta 02, quando se aborda a responsabilidade social das universidades, também foi possível encontrar nas respostas, uma similaridade com a teoria abordada. Relacionou-se a responsabilidade social das universidades com a promoção social e cultural, desenvolvimento sustentável, melhoria de serviços prestados a comunidade, qualidade na educação, orientação à comunidade sobre responsabilidade social, promoção de atividades inclusivas, em fim, uma extensa gama de afirmações. Em suma, foi falado sobre ensino, pesquisa e extensão e relacionado que o conhecimento produzido na universidade, deve ser disposto à sociedade na mesma evolução das respostas da primeira pergunta:

"É a capacidade e o compromisso que as universidades, como uma instituição que visa desenvolver as ciências e educação no país, ensino, pesquisa e extensão, devem ter de trabalhar para o desenvolvimento social e econômico da sociedade e ao seu entorno e da sociedade em geral"(RESPONDENTE DA COMUNIDADE).

"Promover a educação para melhorar a sociedade"(RESPONDENTE SERVIDOR).

"Visa a promoção cultural e social e o desenvolvimento sustentável e econômico e também seus desafios e compromissos a cumprir perante a sociedade"(RESPONDENTE ALUNO).

"É Tornar a sociedade em que a universidade está inserida mais responsável socialmente. Com atividades que possam ser executadas por todos para melhorar o convívio de todos" (RESPONDENTE SERVIDOR).

Relacionando com a teoria abordada na fundamentação, é possível perceber que os respondentes concebem responsabilidade social das universidades imbricadas com seu envolvimento com a sociedade, mas há pouca relação com a promoção e desenvolvimento da cidadania. Ainda assim, é possível perceber esta concepção implícita em grande parte das respostas.

Neste caso, os servidores conseguiram desenvolver respostas um pouco mais elaboradas em sua essência, o que aparentemente é natural, considerando que os alunos ainda encontram-se na fase inicial de sua formação profissional e social. No geral, constata-se que a grande maioria apresenta uma formação consistente de entendimento não só da responsabilidade social da universidade, mas que ainda pode ser aprimorada e aperfeiçoada.

Na pergunta 03, a obtenção de respostas positivas sobre o entendimento deles em relação à educação fiscal aparece mais timidamente, posto que 27,77% não conseguiu relatar nada sobre o assunto e muitos dos entendimentos relatados não estão de acordo com a teoria estudada nesta pesquisa. Dentre as respostas obtidas, foi possível encontrar concepções consistentes e elaboradas conforme as apresentadas a seguir:

"Participação do cidadão no controle fiscal do Estado"(RESPONDENTE ALUNO)

"Saber que os tributos e impostos que nós pagamos devem reverter em benefício da sociedade. Fiscalizar, acompanhar e exigir a boa aplicação dos recursos por parte do poder público". (RESPONDENTE SERVIDOR)

"Ensinaamentos voltados à população no sentido de esclarecer dúvidas a respeito de tributos em geral, sejam eles impostos, taxas e contribuições. através destes

ensinamentos a população se sente mais preparada para o exercício da cidadania” (RESPONDENTE SERVIDOR).

A acepção aferida neste ponto da pesquisa fornece uma visão clara de que o aprofundamento do conhecimento possui falhas e apresenta lacunas. Os respondentes conseguiram desenvolver respostas num sentido mais genérico do assunto, mas, a partir do momento em que se aprofunda, as respostas são menos frequentes e consistentes. Deste ponto em diante, a necessidade de um processo mais elaborado de formação e orientação fiscal se apresenta enfaticamente e começa a se moldar o diagnóstico proposto no início desta averiguação científica.

A pergunta 04, que se refere ao conhecimento dos entrevistados sobre os observatórios sociais, apresenta um desconhecimento 58,33% dos participantes acerca do tema. Observa-se mais nitidamente a necessidade de apresentação de conteúdo e posterior aprofundamento. Dentre as respostas obtidas, seguem as mais condizentes com o conteúdo teórico apresentado:

"São entidades sem fins lucrativos, apartidárias, que exercendo o controle social, contribuem para a melhoria da gestão pública e a aplicação dos recursos"(RESPONDENTE SERVIDOR).

"Entidades representativas da sociedade civil, com o objetivo de contribuir para uma melhor gestão pública"(RESPONDENTE ALUNO).

"Acredito que sejam órgãos, grupos ou pessoas comuns da sociedade que se dediquem de forma organizada a fiscalizar a ações políticas governamentais, e garantir que os projetos propostos se cumpram de forma ética e efetiva. Não sei exatamente como funcionam, mas penso que existam elementos estratégicos que permitam que esses órgãos possam agir para que as ações e projetos de governo cumpram os objetivos estipulados no interior da sociedade"(RESPONDENTE DA COMUNIDADE).

Importante salientar que a apresentação de menor índice de conhecimento sobre os observatórios sociais já era esperado devido ao nível de detalhamento que a pergunta propõe. De acordo com os resultados obtidos, foi possível perceber que respostas um pouco mais amplas e genéricas são mais bem aceitas e todos conseguem ter pelo menos uma noção do significado, mas, conforme o conteúdo questionado vai apresentando um nível maior de detalhamento, como no caso da educação fiscal e dos observatórios sociais, o conhecimento vai diminuindo gradativamente.

5. CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi obter um diagnóstico da comunidade usuária dos serviços administrativos HU-UFSC através de uma amostra definida por 04 (quatro) coordenações, dentre as 09 (nove) existentes no momento, mais a direção administrativa, pesquisando o que se entende sobre responsabilidade social, educação fiscal e observatórios sociais. Para atingir tal propósito e embasar a pesquisa, os objetivos corresponderam a um estudo prévio sobre a responsabilidade e controle social das universidades, educação fiscal e observatórios sociais no intuito de formatar a sua base teórica.

No decorrer de estudo, percorreu-se o caminho de revisão bibliográfica acerca dos temas propostos como objetivos específicos: aprofundar os estudos sobre responsabilidade social, controle social, educação fiscal e os observatórios sociais para delinear um caminho e chegar à elaboração do questionário e consequente obtenção do diagnóstico.

Analisando-se de maneira aprofundada, a proposta de obtenção de um diagnóstico inicial parece ter sido cumprida, considerando-se as limitações estabelecidas na pesquisa. Observou-se que, nos setores analisados, existe um conhecimento generalizado, mas é necessário aprofundamento inicial nos conhecimentos genéricos e posterior detalhamento possibilitando embasamento teórico para ações de promoção aperfeiçoada de cidadania.

Ainda, é importante citar que a análise de resultados fornece um diagnóstico dos setores que compreendem a porção administrativo-financeira do hospital, o que pode, por conta da formação técnica dos respondentes, ter direcionado a pesquisa para um maior conhecimento dos assuntos abordados.

Conforme consta nas análises, as respostas apresentam certa variabilidade e muitas são construídas de forma que, mesmo com explicação de conteúdo, apresentam graus de dificuldades de formação de pensamento, principalmente quando ele evolui para maiores níveis de detalhamento.

O diagnóstico obtido consiste no fato de que existe uma ideia, um pensamento generalizado, de senso comum acerca da responsabilidade social, uma intimidade maior no momento em que se fala da responsabilidade social da universidade e um desconhecimento sobre educação fiscal e observatórios sociais.

Neste momento, de posse desta impressão obtida, aflora imprescindibilidade de se pensar na institucionalização de uma política de orientação e educação fiscal a ser trabalhada com toda a comunidade acadêmica de todos os níveis de aprendizado e de serviço prestado, buscando averiguar como os recursos públicos vem contribuindo para fortalecer a educação nesta sociedade atual.

De acordo com Heidemann (2014, p.34), "pode-se dizer que no Brasil, por enquanto, a ênfase na política pública cobra do governo maior preocupação com eficácia econômica e social do que com o exercício efetivo do poder político por cidadãos soberanos e preocupados com seu destino".

Ou seja, a política pública voltada à promoção da eficácia, tanto econômica quanto social, já existe, resta averiguar qual ponto de detalhamento atinge esta preocupação e se a orientação e educação fiscal podem ser promovidas por meio das metodologias dos observatórios sociais.

De acordo com o diagnóstico obtido, é explícita a necessidade aprofundamento que possa promover na Universidade a implementação prática de metas para atingir seu objetivo e cumprir com seu papel social que é servir à sociedade de forma concreta e concisa.

Este diagnóstico suscita ainda mais algumas dúvidas e requer maiores pesquisas de forma a avaliar até que ponto uma parceria efetiva com os observatórios sociais pode contribuir no processo e como esta parceria pode ser viabilizada.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BALDISSERA, M.; NORO, G. **Responsabilidade social universitária: uma ferramenta para a consolidação da imagem organizacional**. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, v. 4, p. 1-15, 2007.

BAPTISTUCCI, Fabiana Feijó de Oliveira. **Programa Nacional de Educação fiscal: 17 anos**. https://issuu.com/pnef/docs/2_artigo_fabiana_fabio_ba. Disponível em 02/08/2017.

BARROS, Conceição de M. P.. FREIRE, José C. **A responsabilidade social universitária na perspectiva do Sinaes: um estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 891-920, out./dez. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERNHEIM, Carlos T. CHAUÍ, Marilena de S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008. 44 p. Título original: **Challenges of the university in the knowledge society, five years after the World Conference on Higher Education**. Paris: UNESCO, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CGU – Controladoria-Geral da União. **Controle Social: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Brasília, DF, 2012. (Coleção Olho Vivo no Dinheiro Público). Acessado em 02/08/2017. <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/educacao-fiscal> - Acesso em 03/08/2017

CONSCIÊNCIA POLÍTICA. Portal. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/controle-social/> Acesso em 08/08/17.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Disponível em: <http://Sdcielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso 07 de agosto de 2017.

DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOERGEN, P. **Universidade e compromisso social**. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P.(Org.).Universidade e compromisso social. Brasília, DF: Inep, 2006. v. 4, p. 65-94.

HEIDEMANN, Francisco G. **Políticas Públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

HOWLETT, Michel. RAMESH, M. PERL, Anthony. **Políticas Públicas seus ciclos e subsistemas uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MEYER JR., Victor; MANGOLIM, Lúcia. **Estratégia em universidades privadas: estudo de casos**. 30º Encontro da Anpad, 23 a 27 de setembro de 2006, Salvador/BA. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-esoa-0582.pdf>. Acesso: 07 de julho de 2017.

MORAES, Paula C. S.R.L. **Observatórios Sociais como Promotores de Controle Social e Accountability: Reflexões a Partir da Experiência do Observatório Social de Itajaí**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – 8 (3): 298 – 326 Set/Dez 2010.

PETERSON, M. **A Universidade: da responsabilidade do corpo docente**. In: DERRIDA, J. O olho da universidade. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. p.11-80.

SILVEIRA, Zuleide Simas de. BIANCHETTI, Lucídio. **Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado**. Revista Brasileira de Educação. v. 21 n. 64 jan. – mar. 2016.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Missão, Visão, Valores**. Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ufsc.br/estrutura.ufsc.br/missao/>>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

VALLAEYS, F. **Que significa Responsabilidade Social?** Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino superior. – Ano 24, n. 36 (Jun. 2006). – Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2006, p. 35 – 56.